

a idéia da regra da igualdade fundamentada na tradição e nos precedentes. Um ato é considerado injusto quando arbitrário, e arbitrário quando fruto de um desvio ou de uma vontade nova não justificada racionalmente. É precisamente na *justificativa* do que se apresenta como razoável ou mais adequado para determinada situação, que iremos encontrar uma racionalidade própria para o pensamento valorativo.¹⁹ Deliberar, ao contrário, do que poderia parecer à Lógica cartesiana, não encontra relação direta e exclusiva com a intuição ou com a irracionalidade. E para uma nova racionalidade própria às relações morais, Perelman constrói um novo paradigma de análise, formulando o que chama de *Nova Retórica*, que é das contribuições mais importantes da Filosofia nesta segunda metade de século.

19. Um outro aspecto que vale ser destacado com referência à reformulação sofrida pela postura inicial do autor sobre a questão da Justiça, ainda fortemente marcada pelo formalismo positivista, é a distinção que irá fazer entre demonstração e justificação, antes pelo mesmo equiparadas. Na aula intitulada *Justiça e justificação* em que apresenta a argumentação como técnica indispensável do juízo prático, Perelman reconhece: "O objeto de toda justificação é muito diferente daquele de uma demonstração que, por sua vez, se desenvolve a partir de enunciados ou de proposições, dos quais é sensato perguntar-se se são verdadeiros ou falsos. Pois o objeto da justificação é de ordem prática: justifica-se um ato, um comportamento, uma disposição a agir, uma pretensão, uma escolha, uma decisão." Cf. *Ética e Direito*, pág. 185.

NOTÍCIAS

COMEMORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DO IAB

Discurso do Orador Oficial Júlio César do Prado Leite

Em sessão solene, realizada no dia 7 de agosto último, o IAB registrou mais um aniversário de sua fundação em 1843 e homenageou a memória dos sócios falecidos no último ano. Coube ao Orador Oficial, Dr. Júlio César do Prado Leite, interpretar o pensamento da entidade, no discurso cujo texto é o seguinte:

"O Instituto dos Advogados Brasileiros faz, hoje, 153 anos.

É, seguramente, a mais antiga das Instituições de cultura jurídica do país. Ombreia-se com as Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife. Está em sua origem um propósito objetivo: Melhorar a administração da Justiça e versar as mais importantes questões de Direito.

Na gênese da Entidade, duas figuras se encontram: o Ministro da Suprema Corte de Justiça, Alberto Teixeira Aragão, e o Advogado, formado em Coimbra, Francisco Gê Acaiaba Montezuma.

Reunidos com um grupo de profissionais do Direito e tomando como paradigma a Associação dos Advogados de Lisboa, apelaram os juristas ao Governo Imperial no sentido de que aprovasse os Estatutos de nosso Instituto. E alegaram: uma vez autorizada a funcionar valeria a Casa como instrumento de vigilância e melhoria continuada da ordem jurídica em nosso país, "não só no que tangia à legislação vigente, mas a que se estava a elaborar e, ainda, a justa, exata e rápida aplicação da regra jurídica".

A 7 de agosto de 1843 foi divulgado o comunicado oficial no sentido de que:

"Sua Majestade, o Imperador, deferindo benignamente ao que lhe representaram diversos advogados d'esta Casa, manda, pela Secre-

taria do Estado dos Negócios da Justiça, aprovar os Estatutos do Instituto dos Advogados Brasileiros, que os suplicantes fizeram subir à sua augusta presença."

Com a mesma data, a mencionada Secretaria de Estado aprovou os Estatutos do IAB, que preceituou no seu art. 2º:

"O fim do Instituto é organizar a Ordem dos Advogados em proveito geral da ciência da jurisprudência."

No dia 21 de agosto, 26 bacharéis elegeram a primeira diretoria da Entidade, tendo sido eleito Presidente Francisco Gê Acaiaba Montezuma. No dia 7 de setembro de 1843, 21º aniversário da Independência, o Colégio Pedro II recebeu diversas autoridades – Ministros de Estado, Membros do Corpo Diplomático, do Corpo Legislativo e da Magistratura – para celebrar a instalação de nossa Entidade.

Nessa solenidade, presidida pelo Presidente Honorário da Casa, o Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, como consta da ata respectiva, declarou-se instalado o IAB.

Em sessão subsequente, Montezuma assumiu a Presidência do IAB, cargo que exerceu por oito anos. São dele palavras proferidas na sessão inaugural, que valem repassar:

"Assim como o ofício do Juiz é *jus discere* e não *jus dare*, entender a lei e não fazê-la, assim também o Ministério do advogado é fazer triunfar a Justiça e não a iniquidade; a verdade e não a mentira; a boa-fé e nunca o dolo."

Ainda Montezuma:

"O espírito é o homem, disse Bacon, com a eloquência que lhe é própria. Eu direi: o cidadão é a lei; a lei é sua solução. Como desconhecer a importância da organização da classe, cuja profissão tem por objeto determinar a inteligência da lei?"

E, concluiu:

"O juízo da Posteridade, infalivelmente, há de processar-nos e avaliar, em balança imparcial e bem aferida, todos os nossos atos, todos os nossos trabalhos, nossa dedicação e zelo pela estabilidade e glória do nosso Instituto que acabamos de fundar."

Ainda no discurso inaugural, Montezuma proclamou sua fé nos valores morais representados pelo Direito e profetizou, como bem fez assinalar o nosso Motta Maia em discurso proferido no sesquicentenário desta Casa, a perenidade do IAB no cumprimento de uma missão que se tornou efetiva ao longo do tempo decorrido:

"São tantos os materiais que devem entrar na construção do Edifício, cuja primeira pedra hoje lançamos, disse Montezuma, tamanhos são os tropeços que podem emperrar a marcha de seus operários; tão vitais os sacrifícios reclamados para que possa ele acabar-se que, temos resolutos tudo empreender, tudo arriscar, contanto que não pereça o Instituto e que se consiga o fim que nos propomos. Ainda assim envolvido inteiramente no futuro, ao tempo, e somente ao tempo, é dado designar o lugar que lhe cabe na História Científica e Administrativa do País" (*Revista do IAB*, Ano I, Tomo I, 1862, p. 69).

Senhor Presidente,

O papel do IAB, desde os primeiros tempos a partir de sua criação na construção da ordem jurídica em nosso país, foi muito relevante: ao clamar pela codificação das leis civis, realizando estudos concretos para a reforma do Código de Processo Criminal, na elaboração da Lei das Terras, em que se regulamentou o direito de propriedade; da posse e do uso legítimo da terra, e na contribuição para a redação final do Código Comercial. Vale, ainda, dar conta enfaticamente, de sua valiosíssima contribuição para a abolição da escravatura no país.

E, assim, seguiu a Entidade prestando serviços relevantes à nossa comunidade, pela vigilância à preservação da ordem jurídica e ao seu aperfeiçoamento.

Quando a 18 de novembro de 1930 veio a ser criada a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), encarregada da seleção, defesa e disciplina dos integrantes da profissão, aspiração que vinha dos primeiros tempos de nossa Entidade, como bem referiu Arnaldo Süssekind, em conferência memorável sobre a figura de Montezuma, e na qual nos abeberamos no decorrer desta narrativa, "o Instituto sobreviveu como sociedade civil destinada ao estudo do direito e culto à Justiça com a nobre finalidade de emprestar à Nação e aos poderes públicos sua colaboração no aperfeiçoamento da ordem jurídica".

Nasceu, assim, o IAB, como bem sintetizou Ricardo Pereira Lira, “sob o signo de culto à Justiça, consignando tal propósito indelevelmente no seu Estatuto. Não esqueceu, porém, tempo algum, a função transformadora do Direito e a sua força como instrumento de realização da justiça social”.

O IAB tem podido, ao longo de tantos anos e de tantas circunstâncias adversas de nossa vida pública, cumprir sua missão.

Com efeito, como bem sentenciou Haddock Lobo, na sessão solene de inauguração de seu retrato na galeria de seus ex-presidentes, “esta Casa nasceu moderna e continua moderna, na permanente perseguição de um ordenamento jurídico-institucional, impulsionador das transformações sócio-políticas ocorrentes, na velha e na nova República.

Os Anais da Entidade revelam essa trajetória do Instituto dos Advogados Brasileiros. E é bom salientar que alguns dos dispositivos da Constituição em vigor arrimam-se em matéria aqui debatida exaustivamente. Podemos dar o exemplo com o Instituto do *habeas-data* que vindo de Projeto-Lei passou a apoiar-se em pronunciamento desta Casa, como se pode ter dos pareceres das Comissões Técnicas do Congresso.

Já nos dias de agora, salientava Haddock Lobo, “manifesta o IAB sua tendência quando se rebela contra a revisão do texto constitucional para castrar as conquistas nele consagradas, resguardadas pelas cláusulas pétreas, mas, também, quando se manifesta favoravelmente à adequação do Texto Maior aos fatos supervenientes à sua vigência e conseqüentes das mutações ocorridas na ordem econômica internacional”.

No discurso de posse do nosso atual Presidente, esta tendência à modernidade está remarcada de maneira notável.

Não foi sem razão que o texto do discurso de Hermann Baeta repercutiu nos meios jurídicos e mereceu aplausos consignados em Ata do Conselho Federal da OAB. No texto em causa, com a ênfase que lhe é própria, consignou-se a necessidade da reforma do Poder Judiciário e das reformas agrária e tributária. Com grande objetividade, afirmou Hermann Baeta: “o Poder Judiciário deverá exercer a função, não só de equilíbrio e da aplicação da Justiça, como também um poder democratizador pelos resultados que imprimir em suas sentenças. O advogado, agora, é o próprio

juízo numa de suas justas posições essenciais compondo e contrapondo com outro causídico que se lhe defronte, não apenas o contraditório processual, mas a própria jurisdição do Estado, que, sem ele, não seria Justiça”.

Senhor Presidente,

Vivemos momentos difíceis. Chegou-nos agora, para relatar, indicação de nosso companheiro e combativo jurista Osvaldo Barbosa, que acende uma luz sobre o nosso pensamento e induz-nos a uma meditação profunda que envolve também a atuação desta nossa Casa.

Diz ele:

“Os últimos anos têm-nos causado, a todos, muita apreensão. Momentos de tensão e crise têm-se prolongado com graves conseqüências para a humanidade. Situações sociais injustas, economias concentradas, governos submetidos a globalização mercantilista, com economia de mercado e povos famintos.

Na América Latina – remarca Osvaldo Barbosa – a situação do Brasil, considerando o seu vasto território produtivo, o maior do mundo nessa qualidade, é a que mais contrasta com a polarização da riqueza. Líder em concentração de rendas, com aumento célere da pobreza, crescente desemprego, tem hoje o mais baixo índice de salário mínimo de sua história e o mais baixo do Mercosul.”

Relembrou, no mesmo caminho, o mestre Calheiros Bomfim:

“Criou-se no Brasil um fosso entre a excessiva riqueza e a extrema pobreza, com as características de um *apartheid social*. Quem pode dormir sem sentimento de culpa, se não contribui, na sua área de atuação ou fora dela, para atenuar ou corrigir tanta desigualdade, tanta injustiça, tanta pobreza?

Senhor Presidente. Está em nossos Estatutos:

“Para a realização de seus fins, o Instituto deverá:
– discutir assuntos jurídicos e sociais, em sessão, em conferências, em publicação própria, na imprensa em geral e por outro qualquer meio de divulgação.”

Cabe efetivamente à nossa Casa, posto que tal posição traga constrangimento e a injusta marca da rebeldia pelos trabalhos que aqui se

desenvolvem, discursos, indicações, pareceres, moções específicas, alertar às autoridades dos três Poderes Constitucionais para os graves desequilíbrios de nossa organização social, que podem importar, em cidades como a nossa, em novo "Bogotazo", uma rebelião urbana de difícil contenção e ao desequilíbrio do todo nacional, pela regionalização de disputas em relação à ocupação do solo agrário.

A Justiça é irmã gêmea da paz social.

Temos que nos lembrar da advertência de Bertolt Brecht:

"Do rio que tudo arrasta/diz-se que é violento.
Mas ninguém diz que são violentas/as margens que o comprimem."

Lembre-mo-nos, também, de Nicolas Vaticós, que salienta o pensamento básico e fundamental da Organização Internacional do Trabalho:

"A paz não significa somente a ausência de guerra, pois ela tem um valor positivo, isto é, significa uma ordem internacional que, do ponto de vista político, jurídico e social, deve permitir à humanidade em geral, às nações e aos seres humanos em particular, a existência e o desenvolvimento com o bem-estar, a justiça, a liberdade e a igualdade. A paz supõe harmonia e equilíbrio tanto dentro dos países, como entre os países."

Senhor Presidente,

As advertências não suprimem o orgulho.

Podemos e devemos ter orgulho pelo que esta Casa tem contribuído para abrir as cortinas do pensamento jurídico e social do nosso País. Mas, é nosso dever, também, carregando o escudo sereno do sucesso, trazer consigo a lança preparada para o bom combate contra as injustiças, a opressão, o pensamento divorciado da realidade vivida do nosso povo.

Lembre-mo-nos de Hemingway:

"A morte de qualquer homem me diminui porque pertenço ao gênero humano. Assim, nunca pergunte por quem os sinos doam: eles dobram por ti."

Senhor Presidente,

Os nosso Estatutos no § 4º do art. 27, referem que:

"No dia 7 de agosto, ou em outro dia, se por motivo relevante não se puder nessa data, terá lugar a sessão solene comemorativa da fundação do Instituto, na qual será feito o elogio dos sócios falecidos."

Curioso que se tenha mentalizado fazer viver num mesmo momento solene a lembrança festiva do aniversário, do princípio, com o elogio dos que já não se encontram, dos que já foram, dos que já passaram.

Honrarias – dizia com o acerto e o acre humor costumeiro, Evaristo de Moraes Filho – costumam chegar no crepúsculo da vida. Mas, não só se vive em convivência. A lembrança cultivada faz renascer.

Que somos nós? Indagava Mário de Andrade. E, ele mesmo respondia: Pronomes Pessoais.

A gente considera como José Marte: "a morte não existe quando se cumpriu a obra da vida". Ou sentenciamos como Cícero: "a vida dos mortos perdura na memória dos vivos". Assim é.

Encontram-se na Mesa, Senhor Presidente, as fichas biográficas de vinte e um de nossos companheiros que voltaram ao circuito do nada, em contraste com o muito que fizeram e o tanto que nos deixaram, a nós, os privilegiados. Seus nomes:

Dr. Ronaldo Augusto Machado, Dr.^a Vera de Moura Galvão, Dr. Jacy de Assis, Dr. Henrique Cândido Camargo, Dr. Gilberto de Ulhôa Canto, Dr. Sílvio Augusto de Bastos Meira, Dr. Nelson Carneiro de Souza, Dr. Oswaldo de Souza Valle, Dr. Octávio Dias Fernandes, Dr. Abraham Tebet, Dr. Albert Dau, Dr. Amílcar Paranhos da S. Velloso, Dr. Paulo Figueira de Mello, Dr. Álvaro Abrunhosa Caminha Muniz, Dr. Eugênio Roberto Haddock Lobo, Dr. Renato Orphão, Dr. Eli Alves Forte, Dr. Ricardo Brandão, Dr. Fábio Celidônio, Dr. Délio Maranhão, Dr. Paulo Germano Magalhães.

Peço licença para repetir três nomes, porque aos seus donos me prendem laços sobre laços: Eugênio Roberto Haddock Lobo, Nelson Carneiro e Délio Maranhão.

Do primeiro, nada direi, pela felicidade de tudo já ter dito, extravasando o coração em momento próprio. De Nelson Carneiro, agalado pelo nosso IAB com a Medalha Teixeira de Freitas, jurista e parlamentar,

pelo que tanto deve a ele a consagração eficaz em nossa legislação civil do princípio da igualdade de direitos entre o homem e a mulher. Autor da Lei do Divórcio, sua atuação bem que se reflete na regra constitucional que dispõe sobre a família e no enunciado dos direitos e garantias individuais e coletivas (art. 5º, item II). Do último, Délio Maranhão, querido amigo e mestre, notável jurista, homem admirável, criador extraordinário, um dos pilares fundamentais do Direito do Trabalho no Brasil.

Todos os companheiros aqui nomeados, Senhor Presidente, são e foram o orgulho de nossa Entidade.

Descansem em paz!

Todos estão vivos em nossa memória e em nosso coração!"

PREITO À MEMÓRIA DO EX-PRESIDENTE EUGÊNIO ROBERTO HADDOCK LOBO

Em sessão especial no dia 24 de julho, o IAB prestou homenagem à memória do ex-presidente Eugênio Roberto Haddock Lobo.

Interpretando o sentimento de pesar, falou o Orador Oficial, Júlio César do Prado Leite, que pronunciou o seguinte discurso:

De um Hai-Kai Budu tiro os versos que podem, ainda hoje, cercar a figura de Haddock Lobo.

"Chegado para ver as folhas
sobre elas dormirei
sem sentir o tempo".

Peço licença: Vamos lembrar e meditar.

Quinhentas pessoas na dorida catedral,
Na lembrança de todos a cálida procissão
silenciosa, solene e tão simples
por entre os túmulos alvacentos.
A voz de Milhases
iluminando altares

correu a Santa Luzia
redesenhando para os olhos mareados
a imagem tão querida e fugidia.
Os anjos de mármore ficarão
para sempre ouvindo,
que eles também
falam em silêncio.

Que figura é essa que paira
pelos ares da solidão e da querência?

Que misteriosa força de terno preto esvoacento
na memória incontida do mistério?

Quem saiu que todos procuram ver
e sentir seu sopro da sabedoria compreensiva?

Como um seta,
escapada do arco sem aviso,
pode atingir a tantos
ao mesmo tempo?

Olho por olho, quem esperava
a mesma dor compartilhada?

Só você mesmo, Haddock,
confessor de todos,
escutante arauto da verdade pura,
suave como uma folha pousada,
temido como a hiena pronta
ao ataque abençoado da Justiça.

Que falta você faz, ao ar que se respira!

Seu exemplo de luta
pelos oprimidos,
os sem razão torturados
pela moeda forte.

Quantas marcas deixou!

A todos protegeu com palavras e ações
na fúria incessante do bem servir.

pelo que tanto deve a ele a consagração eficaz em nossa legislação civil do princípio da igualdade de direitos entre o homem e a mulher. Autor da Lei do Divórcio, sua atuação bem que se reflete na regra constitucional que dispõe sobre a família e no enunciado dos direitos e garantias individuais e coletivas (art. 5º, item II). Do último, Délio Maranhão, querido amigo e mestre, notável jurista, homem admirável, criador extraordinário, um dos pilares fundamentais do Direito do Trabalho no Brasil.

Todos os companheiros aqui nomeados, Senhor Presidente, são e foram o orgulho de nossa Entidade.

Descansem em paz!

Todos estão vivos em nossa memória e em nosso coração!"

PREITO À MEMÓRIA DO EX-PRESIDENTE EUGÊNIO ROBERTO HADDOCK LOBO

Em sessão especial no dia 24 de julho, o IAB prestou homenagem à memória do ex-presidente Eugênio Roberto Haddock Lobo.

Interpretando o sentimento de pesar, falou o Orador Oficial, Júlio César do Prado Leite, que pronunciou o seguinte discurso:

De um Hai-Kai Budu tiro os versos que podem, ainda hoje, cercar a figura de Haddock Lobo.

"Chegado para ver as folhas
sobre elas dormirei
sem sentir o tempo".

Peço licença: Vamos lembrar e meditar.

Quinhentas pessoas na dorida catedral,
Na lembrança de todos a cálida procissão
silenciosa, solene e tão simples
por entre os túmulos alvacentos.
A voz de Milhases
iluminando altares

correu a Santa Luzia
redesenhando para os olhos mareados
a imagem tão querida e fugidia.
Os anjos de mármore ficarão
para sempre ouvindo,
que eles também
falam em silêncio.

Que figura é essa que paira
pelos ares da solidão e da querência?

Que misteriosa força de terno preto esvoacento
na memória incontida do mistério?

Quem saiu que todos procuram ver
e sentir seu sopro da sabedoria compreensiva?

Como um seta,
escapada do arco sem aviso,
pode atingir a tantos
ao mesmo tempo?

Olho por olho, quem esperava
a mesma dor compartilhada?

Só você mesmo, Haddock,
confessor de todos,
escutante arauto da verdade pura,
suave como uma folha pousada,
temido como a hiena pronta
ao ataque abençoado da Justiça.

Que falta você faz, ao ar que se respira!

Seu exemplo de luta
pelos oprimidos,
os sem razão torturados
pela moeda forte.

Quantas marcas deixou!

A todos protegeu com palavras e ações
na fúria incessante do bem servir.

A justiça para você era uma luza forte
que nos tangia, nos alumiava.

Estamos agora mais escuros, Haddock,
bem que veja!
Os olhos não enxergam como antes
são lágrimas paradas, puro suor
do coração partido,
alma dorida,
onde as figuras esculpidas
entre sístoles e diástoles,
marcam as portas fechadas e abertas da admiração.

Na praça da lembrança, estátua erguida,
insistes em permear o caminho.
Chegaremos lá, Haddock, onde estás adormecido.
Mas, é bom que saibas que, a todo tempo,
por qualquer circunstância momentânea,
sombra visível, seu talhe inconsútil
acompanha nosso caminho
retrovisor obrigatório
dos obstáculos da vida humana.

Senhor Presidente,

Não é fácil falar desse gaúcho de Bagé, 55º Presidente de nosso Instituto dos Advogados Brasileiros.

As relações pessoais, a sintonia doutrinária, o trabalho no mesmo campo científico, as sucessivas consultas recíprocas sobre casos em que a hermenêutica fragilizava-se, misturam e mesclam as cores com as quais se devia pintar com nitidez a figura desse grande jurista e incansável defensor da disciplina trabalhista. É certo dizer, Senhor Presidente, que mais além de jurista, Haddock Lobo era um sociólogo, um homem de fé inabalável na necessidade de se transformar a estrutura da sociedade brasileira, tornando-a mais justa e com sua riqueza básica mais bem distribuída.

Como bem referiu Ernani de Paiva Simões, Haddock Lobo foi homem de extraordinário espírito público; foi tudo o que um advogado pode alcançar em termos de servir a seu país: Presidente da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil; Presidente de nosso Instituto dos Advoga-

gados Brasileiros, participante eterno, como examinador, dos concursos públicos para Magistratura do Trabalho, jurista e ensaísta de Direito do Trabalho, da Deontologia Jurídica, do Direito Econômico e do Constitucional, Advogado de extrema atuação, tendo desempenhado papel relevante e combativo em tempos arbitrários e difíceis.

Suas gestões na OAB e no IAB caracterizaram-se pelo trabalho incansável em prol do advogado e na defesa da ordem jurídica constituída.

Nacionalista convicto combateu tenazmente, a partir dos anos que se seguiram ao movimento de 64, a idéia de se americanizar o Direito do Trabalho no Brasil, tal como se a legislação escrita dificultasse o progresso social, que melhor seria alcançado pela livre negociação entre as partes.

Essa idéia impostada e defendida no setor interno, notadamente onde se instalaram as grandes empresas montadoras de autoveículos e a indústria metalúrgica ancilar, parecia desconhecer a desconformidade do desenvolvimento econômico das várias regiões do país, onde o poder reivindicatório do proletariado é tão diverso.

Está claro que só ao Estado, pela força de império que detém, caberá impor equilíbrio jurídico nas relações de trabalho em todos os quadrantes do país, compensando a inata superioridade econômica dos empregadores que haveriam de tomar a mão-de-obra que requisitassem ao desplante de suas imposições.

Haddock Lobo deteve, aqui mesmo neste Plenário, em memorável sessão de que participamos e em que notável papel exerceu o grande jurista Arnaldo Süssekind, vitória extraordinária sobre os defensores do livre contrato coletivo, enviados oficialmente pelo então Ministro do Trabalho, Murillo Macedo, que teve a hombridade de recuar no esforço que fazia para quebrantar a linha escrita do nosso Direito do Trabalho. Mais recentemente, Haddock Lobo, por pronunciamentos nesta Casa e por vários escritos dos quais tivemos a honra de compartilhar, defendeu a estrutura do Poder Judiciário do Trabalho, que disseminado por todas as Unidades da Federação tem sido um freio extraordinário à ganância dos maus empregadores e ao despotismo que lhes era inato, traduzido no despedimento arbitrário de seus empregados, em desrespeito ao preconizado no item 1, do art. 7º, da Constituição Federal que agora encontra novo suporte na ratificação e promulgação da Convenção 158 da Organi-

zação Internacional do Trabalho. Também nesta Casa, em sucessivas manifestações, Haddock Lobo rebelou-se, com inteira procedência, contra o abuso irrefreado do uso das Medidas Provisórias, instrumento legislativo excepcional e tão bem enclausurado no art. 62 da Constituição Federal, mas que veio a ser, pelo seu uso desmesurado, sucedâneo dos famigerados Decretos-Leis, dos tempos ditatoriais. Com efeito, todos precisamos abrir os olhos, como advertia Haddock Lobo, para a campanha mordaz e aberta contra a inteireza e o valor intrínseco do Diploma Constitucional. Abeiramo-nos de um Estado que procura refugir do Direito, sob pretexto da falsa hegemonia de cânones econômicos, nem sempre consistentes, mas até untados de certa volubilidade.

Muito recentemente, Haddock Lobo manifestou-se neste Plenário em Parecer aprovado pela Casa, contra o Projeto Governamental dispondo sobre o Contrato de Trabalho Por Prazo Determinado, projeto que se alinha na diretriz equivocada da flexibilidade do Direito do Trabalho, com a finalidade pressuposta de elevar o número de empregos pela diminuição de encargos sociais já disciplinados em lei, inclusive as indenizações sem justa causa. Em retrato nítido de sua forte personalidade, Haddock Lobo, rebelando-se contra os que procuravam sustentar o projeto, doutrinou: “se vingar o pretendido, o desemprego continuará em alta porque intrinsecamente vinculado a fatores de ordem econômica, entre os quais sobressaem a falta de incentivo à produção para o crescimento econômico, a iníqua concentração de renda, as distorções da política cambial, o equilíbrio das contas públicas, a extorsiva taxa de juros e a imperiosa necessidade de simplificação das contribuições e tributos que incidem sobre a indústria e o comércio, através de uma reforma fiscal e tributária nacional”.

Assim era o mestre Haddock Lobo.

Peço permissão, Senhor Presidente, para reprisar neste momento as palavras finais que, de improviso, proferi na histórica e emotiva sessão do dia 1º de junho p. passado, quando dez oradores subiram a esta Tribuna para dar adeus a Haddock Lobo.

Quanta emoção e quantas lágrimas nas falas entrecortadas pela fraterna saudade! Quem não guardou para sempre a voz sincopada pela emoção do companheiro e grande amigo Benedito Calheiros Bomfim? Assim foi.

Dava eu conta, Senhor Presidente, de que um ilustre colega, pouco antes e V. Excia. dar início à sessão referida, aproximou-se de mim com a incontida necessidade de extravasar a tristeza que sentia. Começou a falar cadenciadamente de Haddock Lobo com os adjetivos que lhe vinham à alma e à saudade. Frases curtas que ouvia atentamente: “Homem culto. Profundo conhecedor dos corredores largos e estreitos da área trabalhista. Perquiridor dos fenômenos que tocavam os limites da economia e do direito.” Tudo ouvi, contidamente, Senhor Presidente. Até que, fazendo um pausa solene, Sergio Ferraz, que a esta altura passava o braço sobre o ombro de Tavares Picanço, extravasou: “Haddock Lobo era um homem bom!”

Calei. Pensei. Sofri. Como é possível uma palavra tão pequena, um adjetivo de uma só sílaba, reproduzir um sentimento tão profundo e traçar um retrato tão verdadeiro!

Haddock Lobo era um homem *bom*!

Tudo a dizer, Senhor Presidente!

DÉLIO MARANHÃO

Juiz perfeito e homem exemplar

Na sessão plenária do dia 17 de julho de 1996, em que se noticiou o falecimento, na véspera, de Délio Maranhão, o ex-Presidente do IAB, Benedito Calheiros Bomfim, proferiu as seguintes palavras de exaltação à memória do grande jurista:

“Semanas depois da trágica morte do querido amigo, conceituado jurista e grande advogado Haddock Lobo, faleceu, em 16 de julho último, aos 81 anos de idade, Délio Barreto de Albuquerque Maranhão, sem dúvida o mais completo juiz trabalhista de todos os tempos.

Detentor da Medalha Teixeira de Freitas, a maior láurea concedida pelo Instituto dos Advogados Brasileiros, no qual ingressara em 22 de maio de 1974, Délio Maranhão era um magistrado que aliava ao seu grande saber a simplicidade, a modéstia, a inteireza de caráter. Despido de vaidade, preocupado em ser justo e fazer justiça,